

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE IMBUIA

EXERCÍCIO DE 2017

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2017.

I- Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município:

O Balanço Patrimonial consolidado, registra as demonstrações contábeis, que evidenciam qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial do Município de Imbuia.

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	3.647.038,83	PASSIVO CIRCULANTE	583.385,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.684.272,64	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO	381.806,99
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	754.746,53	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.018,66	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	31.003,45
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	9.768,14	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.873,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	197.232,86	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	168.701,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.784.553,71	TOTAL DO PASSIVO	583.385,67
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	53.662,59		
IMOBILIZADO	19.730.891,12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	20.900.700,23
		RESULTADOS ACUMULADOS	1.947.506,64
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.623.041,35
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	324.465,29
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.848.206,87
TOTAL	23.431.592,54	TOTAL	23.431.592,54

O Município de Imbuia registra um Patrimônio Líquido de R\$ 22.848.206,87 no final do exercício de 2017.

O Balanço Financeiro evidencia que ficam nas contas bancárias do Município, o correspondente a R\$ 2.684.272,64 nas contas bancárias vinculadas e não vinculadas.



A disponibilidade de caixa não comprometida, correspondente a R\$ 2.448.384,27, antes da inscrição de R\$ 69.551,17 de Restos à Pagar Empenhados e não liquidados no exercício de 2017. Conforme podemos verificar a seguir.

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.007.860,09	13.997,79	4.694,38	33.000,95	(718,98)	0,00	1.956.885,95	25.261,99	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	119.201,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.201,81	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	834.989,46	13.997,79	0,00	0,00	(1.143,64)	0,00	822.115,31	438,80	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	264.553,23	0,00	730,00	0,00	0,00	0,00	263.823,23	12.578,69	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	249.570,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.570,25	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	539.565,34	0,00	3.964,38	33.000,95	424,66	0,00	502.175,35	12.244,50	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	676.536,83	6.865,84	7.319,17	1.433,05	169.420,45	0,00	491.498,32	44.289,18	0,00
Recursos Ordinários	676.536,83	6.865,84	7.319,17	1.433,05	169.420,45	0,00	491.498,32	44.289,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.684.396,92	20.863,63	12.013,55	34.434,00	168.701,47	0,00	2.448.384,27	69.551,17	0,00

b) Análise sobre a situação administrativa
Política de RH:

O controle de ponto dos servidores é efetuado através de relógio ponto eletrônico, exceto os servidores da Secretaria da Educação, que ainda registram o ponto de forma manual em livro próprio.

A política de treinamentos adotada pela gestão passada, era muito restrita, limitando os servidores a participar de poucas reuniões ou encontros promovidos pela Associação do Municípios (AMAVI).

As avaliações de desempenho estão sendo feitas de forma rotineira, utilizando-se um Sistema Informatizado para facilitar os trâmites.

No exercício de 2017, não foram efetuadas alterações no Estatuto dos Servidores Públicos de Imbuia. No entanto, foram realizadas adequações ao plano de cargos e carreiras, conforme segue:

- Lei Complementar nº 97, de 18 de abril de 2017, que altera o número de vagas de Enfermeiro, Farmacêutico/Bioquímico e Nutricionista e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 98, de 18 de abril de 2017, que cria os cargos e valor de vencimentos no Quadro de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais de Imbuia (Engenheiro Civil e Inseminador).
- Lei Complementar nº 100/2017, 31 de agosto de 2017, que reajusta o valor da remuneração do cargo de Agente Comunitário da Saúde da Família.

Condições de trabalho:

O material de trabalho, como mobiliário, infraestrutura de tecnologia (redes, internet, servidores) encontrasse em bom estado, fornecendo aos servidores condições adequadas de trabalho.

Os servidores do Município de Imbuia são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) sob o regime estatutário.

Os programas **PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou **LTCAT** – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, são atualizados anualmente, o **PPP** – Perfil Profissiográfico Previdenciário, é atualizado anualmente e é entregue ao servidor quando da exoneração. Quando ocorre o **CAT** – Comunicação de acidente de trabalho, seu envio ocorre no dia seguinte ao acidente.

Governança em tecnologia da informação:

O parque tecnológico vem sofrendo com a desatualização dos equipamentos, e face as dificuldades econômicas enfrentadas pelos Municípios, não é renovado de forma adequada. Os sistemas de informação utilizados são eficientes, no entanto se encontram dificuldades pela falta de integração dos mesmos. A segurança das informações, e efetuada de forma precária, limitando-se ao backup dos dados diariamente.

c) Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais

O Município vem cumprindo os limites mínimos exigidos nas aplicações de recursos na área da educação e saúde, bem como mantém ações efetivas junto a área social e meio ambiente do Município, no entanto não tem indicadores que possam refletir a atuação do governo perante à sociedade.

VI - Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes no final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no Balanço Geral:

RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar	Saldo do ano Anterior	Cancelamentos	Pagamentos	Inscrição no Exercício	Saldo para o Exercício seguinte
RESTOS A PAGAR	482.516,23	0,00	427.218,60	81.564,72	136.862,35
Restos a Pagar Processados	29.837,51	0,00	9.076,62	12.013,55	32.774,44
Restos a Pagar Processados	29.837,51	0,00	9.076,92	12.013,55	32.774,44
Restos a Pagar Não Processados	452.678,72	0,00	418.141,98	69.551,17	104.087,91
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	452.678,72	0,00	418.141,98	69.551,17	104.087,91
Restos a Pagar Não Processados em Liquidação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Empenhos realizados a conta de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício				
Data	Nº do Empenho	Fornecedor	Motivo	Valor
03/01/2017	11	SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Restituição de saldo de convênio	8.888,00
03/01/2017	421	SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Restituição de saldo de convênio	146.112,00
Total.....				155.000,00

Observação: A Câmara Municipal de Imbuia contabilizou erroneamente no complemento de despesa 92.xx, que totalizaram R\$ 10.268,02 a título de despesas de exercícios anteriores. Diante da verificação, as mesmas não foram relacionadas no quando acima.

VII - Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios:

Mês	Regime Geral	Regime Especial	Total
Janeiro			
Fevereiro			
Março	Não houve o registro de pagamento de precatórios no exercício de 2017.		
Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
Total.....			

VIII - Em relação ao desempenho da arrecadação:

a) Da Dívida Ativa do Município:

Dívida Ativa	
Saldo do ano anterior	84.493,69
Atualizações	23.968,91
Recebimentos	8.642,36
Cancelamentos (relação custo benefício da cobrança)	730,72
Renúncia Fiscal	0,00
Saldo em 31/12	99.089,52

b) Das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor:

Quantidade de ações e valor ajuizado	
Quantidade de ações ajuizadas	132
Valor ajuizado até o final do exercício	36.933,02

c) Da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância:

EVOLUÇÃO DO MONTANTE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA	
Saldo da Dívida Ativa de 2016	47.560,67
Janeiro	47.560,67
Fevereiro	47.560,67
Março	47.560,67
Abril	47.560,67
Maio	47.560,67
Junho	47.560,67
Julho	47.560,67
Agosto	47.560,67
Setembro	47.560,67
Outubro	47.560,67
Novembro	47.560,67
Dezembro	47.560,67

INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As medidas adotadas para a recuperação de crédito, se limitaram ao envio de avisos de cobrança (Notificação) aos contribuintes inscritos em Dívida Ativa.

d) Das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições:

Não foi efetuado nenhuma iniciativa por parte da Administração, visando incrementar as receitas tributárias e de contribuição no exercício de 2017.

e) Das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos:

O servidor Fiscal de Tributos do Município, está fazendo capacitação junto ao COT – Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, coordenada pelo Ministério Público de Santa Catarina.

f) Do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lei que concedeu a renúncia fiscal no exercício	Público alvo	Valor concedido de renúncia
	Não foram verificadas no exercício de 2017.	
Total.....		

g) Dos créditos baixados em razão de prescrição:

Data da prescrição	Gestor à época da prescrição	Valor prescrito
	Não foram verificadas no exercício de 2017.	
Total		

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e de cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites quando for o caso:

Limites	Valores	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal	9.699.097,14	60,00%	54,12	5,88
Poder Executivo	9.183.031,44	54,00%	51,24	2,76
Poder Legislativo	516.065,70	6,00%	2,88	3,12
Dívida Consolidada Líquida	-2.651.519,71	120,00%	0,00%	120,00%
Operações de Crédito	0,00	16,00%	0,00%	-16,00%
Mobiliária e Contratual	0,00	22,00%	0,00%	-22,00%
Por antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	7,00%	0,00%	-7,00%

Os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 31/12/2017 se encontravam dentro dos limites estabelecidos.

ESPECIFICAÇÃO	2017		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	18.510.140,00	18.346.499,41	163.640,59
Receitas Primárias (I)	17.734.140,00	18.061.472,36	-327.332,36
Despesa Total	18.510.140,00	17.968.210,41	541.929,59
Despesas Primárias (II)	18.402.140,00	17.865.789,42	536.350,58
Resultado Primário (III) = (I – II)	-668.000,00	-195.682,94	-472.317,06
Resultado Nominal	-175.000,00	-0,00	-175.000,00
Dívida Pública Consolidada	125.000,00	-2.651.519,74	-2.526.519,74
Dívida Consolidada Líquida	-275.000,00	-2.651.519,74	-2.376.519,74

X - Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e artigo 60 do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 24,27 % da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 28,32 % na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Os recursos recebidos a título de FUNDEB pelo Município no exercício de 2017, foram aplicados rigorosamente em despesas com a remuneração de profissionais do magistério da educação básica, assim como nas demais despesas inerentes à educação básica do Município, em atendimento à Lei nº 11.494/2007 e demais legislações pertinentes. Do montante de R\$ 2.537.637,00 recebidos no exercício de 2017, foram aplicados R\$ 2.427.247,74 no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, que totaliza 95,65% do total.

XI - Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação

DESPESAS REALIZADAS POR MODALIDADE - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo II, Item XI)				
Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviços	Despesa Realizada (Anual)
Concorrência	0,00	12.906,29	26.923,41	39.829,70
Tomada de Preço	217.096,05	0,00	68.600,00	285.696,05
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Presencial	126.728,03	2.606.181,14	1.492.553,39	4.225.462,56
Pregão Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0,00	54.462,59	121.087,93	175.550,52
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade de Licitação	0,00	21.973,70	232.873,57	254.847,27
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total :	343.824,08	2.695.523,72	1.942.038,30	4.981.386,10

XII - Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:

Vide quadro publicado no item XIV.

XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual:

Vide quadro publicado no item XIV.

XIV - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual:

QUADRO DE PESSOAL - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo II, Itens XII, XIII e XIV)					Exercício: 2017
Vínculo (24)	Quantidade no Início do Exercício (25)	Ingressos no Exercício (26)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/ Falecimentos/ Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (27)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (28)
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (29)	234	10	8	236	8.400.753,00
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público (30)	0	0	0	0	0
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (31)	0	2	0	2	178.125,23
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Ente (32)	1	0	0	1	15.963,69
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (33)	1	9	2	8	351.494,11
Servidores contratados por tempo determinado (34)	3	46	42	7	1.113.523,29
Estagiários (35)	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (36)	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos para outras esferas de Governo (37)	0	0	0	0	0
Conselheiros Tutelares (38)	5	0	0	5	66.174,61
Total	244	67	52	259	10.126.033,93

XV - Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual:

Órgão ou Entidade:	
Fornecedor:	
Objeto do contrato:	
Quantidade de postos de trabalho (pessoas)	Função desempenhada pelas pessoas
Valores de gastos mensais	

Janeiro		
Fevereiro		
Março		Não foi verificado a contratação de terceirização de mão de obra no exercício de 2017.
Abril		
Maió		
Junho		
Julho		
Agosto		
Setembro		
Outubro		
Novembro		
Dezembro		
Total.....		

XVI - Demonstrativo dos gastos com divulgação e publicidade por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVI)	Exercício:
Discriminação	Despesa Liquidada Anual
Despesas com publicidade legal (publicação de leis, atos administrativos, licitações etc.)	33.275,62
Demais despesas com publicidade e divulgação contratadas com terceiros (campanhas de esclarecimento, divulgação de eventos, divulgação ou publicidade de programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos)	29.150,00
Total	62.425,62

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVII)								Exercício: 2017	
Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Data Assinatura	Valor Previsto para o Convênio	Valor Previsto para o Exercício	Valor Recebido	Valor a Receber	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar decorrentes do Convênio
Mun. Imbuia	Estado de SC	2017TR001332	01/09/2017	29.871,73	29.871,73	29.871,73	0,00	29.871,73	0,00
Mun. Imbuia	Min. MAPA	1044043-85/2017	18/10/2017	292.500,00	292.500,00	0,00	292.500,00	0,00	292.500,00
Total				322.371,73	322.371,73	29.871,73	292.500,00	29.871,73	292.500,00

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

RELATÓRIO DE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVIII)					Exercício:
Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
	Não houve ocorrência de eventos justificadores de emergência ou calamidade pública no exercício de 2017.				
TOTAL					
NOTA: Nos casos onde o mesmo evento resulte em diversos empenhos, as informações das colunas "A", "B" e "C" devem ser repetidas.					

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

2014

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Registro indevido de Restos a Pagar nas Especificações de Fontes de Recursos FR 01 (-R\$ 124.993,78); FR 17 (-R\$ 185,04) e FR 48 (-R\$ 95,12) com saldo devedor, em desacordo com o §3º do art. 105 c/c art. 85, da Lei n. 4.320/64 (APÊNDICE, Planilha do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);

8.1.2 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de R\$ 51.665,65, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (item 3.3, Quadro 08 e fls. 40 e 152 dos autos).

8.1.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

Quanto ao item 8.1.1, foi solicitado ao setor de contabilidade para que observe a utilização correta das Fontes de Recursos, para cobertura das despesas decorrentes de Restos a Pagar, para que não ocorra o registro de déficit financeiro.

Quanto ao item 8.1.2, solicitou-se a Tesouraria, para que na contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados os valores sejam contabilizados pelo valor bruto, para a correta evidência dos dados contábeis.

Quanto ao item 8.1.3, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

2015

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (item 6.1).

8.1.2 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB no exercício em análise, sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 18.223,91**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/6 (APÊNDICE - Planilha do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso).

8.1.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (Item 6.3).

Quanto ao item 8.1.1 e 8.2.1, solicitou-se aos responsáveis pelo acompanhamento dos Conselhos, para que seja observado o prazo e os procedimentos legais para a emissão correta dos devidos pareceres nos prazos legais.

Quanto ao item 8.1.2, solicitou-se ao setor de contabilidade para que observe a utilização correta dos saldos financeiros em questão, para que não reste despesas ou DDO sem o correspondente recurso para cobertura financeira, para que não ocorra dessa forma o registro de déficit financeiro.

Quanto ao item 8.1.3, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

2016

6.2. Recomenda à Prefeitura Municipal de Imbuia que atente para as restrições apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.2 da Conclusão do Relatório DMU n. 631/2017, quais sejam:

6.2.1. Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro na Fonte de Recursos "FR 01" (R\$ 139,75) e "FR 62" (R\$ 2.422,22) com saldo devedor em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei n. 4.320/64 e art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);

6.2.2. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido nos arts. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000 e 7º, II, do Decreto n. 7.185/2010 (Capítulo 7).

Quanto ao item 6.2.1, solicitou-se ao setor de contabilidade para que efetue os ajustes necessários das Fontes de Recursos para que as mesmas não apresentem saldo devedor.

Quanto ao tem 6.2.2, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

XX - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:

Processo	Valor do Título	Arrecadado	A Arrecadar	Providências
Administrador				
		Não houve a imputação de débitos a responsáveis do Município de 2017.		

XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Foi efetuado o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Imbuia, no período de 2017, sendo o mesmo concluído em 30 de outubro de 2017, pela Comissão Coordenadora e Equipe Técnica nomeada pelo Decreto nº 36 de 9 de dezembro de 2014.

Conclui-se que a maior dificuldade foi não ter o minicenso municipal, pois, os dados apresentados pelo INEP 2014/2016 são divergentes dos dados que representam a situação atual do município.

Outra dificuldade encontrada pela equipe e comissão, é o fato de não ter como interferir em questões pedagógicas da rede estadual, o que faz que, alguns dos índices se apresentam abaixo da média fazendo com que o município seja prejudicado.

Da mesma forma foram atualizadas as medidas de avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014.

XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Não foi apurada nenhuma informação pendente.

IMBUIA (SC), 28 de fevereiro de 2018.

SÉRGIO FRANCISCO CAPISTRANO
Controlado Interno

